



# CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

## ESTADO DE MINAS GERAIS

PROJETO DE LEI Nº 108 / 2021

CÂMARA MUNICIPAL  
DE MURIAÉ

PROTOCOLO SOB Nº 117

DATA: 11 / 05 / 21

HORA: 15 : 49

*“Institui Noções de Direito e Cidadania como temas a serem abordados no Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) das escolas municipais de Muriaé”.*

O Prefeito Municipal de Muriaé:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** Ficam instituídos, como temas a serem abordados no Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) das escolas municipais de Muriaé, *Noções de Direito e Cidadania*.

**PU:** Aludidos temas serão abordados preferencialmente no contraturno das escolas municipais de educação integral.

**Art. 2º** O profissional que lecionará sobre os temas *Noções de Direito e Cidadania* deverá ser graduado em Direito, com título de instituição reconhecida pelo Ministério da Educação - MEC.

§ 1º Para o desenvolvimento da atividade relacionada com os temas objeto desta lei as escolas poderão se valer, na qualidade de auxiliares voluntários, de estagiários de Direito que tenham concluído pelo menos a metade do curso, desde que autorizado e/ou reconhecido pelo MEC.

§ 2º Serão abordados preferencialmente os temas que tenham impacto direto na formação da cidadania, como os direitos e garantias fundamentais e os princípios fundamentais da República Federativa do Brasil.



# CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

## ESTADO DE MINAS GERAIS

Pág. - 2

**Art. 3º** O profissional a que se refere o *caput* do art. 2º poderá ser responsabilizado nos termos da lei por atos e manifestações que extrapolem o exercício da docência, respeitada a liberdade de cátedra, por ser imprescindível e inerente à profissão de professor/instrutor.

**Art. 4º** Fica facultada a realização de contrato voluntário entre escola e profissional ou empresa para a aplicação das aulas dos temas estabelecidos nesta lei.

**PU:** O contrato firmado com voluntário terá preferência sobre o oneroso.

**Art. 5º** O Município fica autorizado a complementar os recursos para a consecução e ampliação dos objetivos desta lei, mediante a utilização de recursos de dotações orçamentárias próprias.

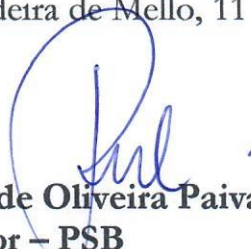
**Art. 6º** Esta lei será regulamentada pelo Executivo, no que couber, a partir da data de sua publicação.

**Art. 7º** Revogam-se as disposições em contrário.

**Art. 8º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

Plenário Dr. João Evangelista Bandeira de Mello, 11 de maio de 2021.

  
**Rangel Martino de Oliveira Paiva**  
**Vereador – PSB**  
**(DELEGADO RANGEL)**





# CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

## ESTADO DE MINAS GERAIS

Pág. - 3

### Justificativa

**Considerando** que a cidadania é fundamento da República Federativa do Brasil (art. 1º, inciso da CF/88);

**Considerando** o disposto no art. 30, inciso VI da Constituição Federal, ao estabelecer que compete aos municípios manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental;

**Considerando** a dicção do art. 205 da Constituição Federal, que estabelece que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;

**Considerando** que a lei de diretrizes e bases da educação nacional dispõe que: **i)** conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente serão incluídos, como temas transversais, nos currículos escolares da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio (art. 26, § 9º); **ii)** os conteúdos curriculares da educação básica promoverão a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática; (art. 27, I); **iii)** o ensino fundamental terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político e dos valores em que se fundamenta a sociedade (art. 32, II);

**Considerando** que são diretrizes do PNE — Plano Nacional de Educação — (Lei 13005/14), dentre outras: **i)** a superação das desigualdades



# CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

## ESTADO DE MINAS GERAIS

Pág. - 4

educacionais com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; **ii)** formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; **iii)** promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental;

**Considerando** que a Constituição do Estado de Minas Gerais determina, em seu art. 195, que a educação será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, com vistas ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e que o Estado deverá garantir o ensino de noções de Direito Eleitoral nas escolas públicas do ensino médio;

**Considerando** que a Lei Orgânica do Município de Muriaé aduz que a educação deve objetivar o pleno desenvolvimento do cidadão, tornando-o capaz de refletir criticamente sobre a realidade e qualificando-o para o trabalho (art. 133, *caput*);

**Considerando** que a Lei Orgânica acrescenta que, respeitado o conteúdo curricular básico de ensino estabelecido pela União, o município de Muriaé fixar-lhe-á conteúdos complementares, com objetivo de assegurar a formação política, cultural e regional do aluno;

**Considerando** que a educação é pauta prioritária na Administração Pública e a implementação do tema “Noções de Direito e Cidadania” na rede municipal de ensino mostra-se relevante e necessária;

**Considerando** que iniciativa deste PL é respaldada pelo brilhante programa técnico-científico de formação cidadã denominado “Direito na Escola”, programa este executado em todo Brasil e também em outros países (tais como Portugal e Canadá). Tal programa inclui a abordagem dos Direitos Fundamentais no currículo da educação básica no intuito de, por meio do conhecimento de direitos e





# CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

## ESTADO DE MINAS GERAIS

Pág. - 5

deveres, instruir os jovens a se tornarem cidadãos participativos, conscientes e dispostos a construir uma sociedade mais justa, fraterna e solidária;

**Considerando** que a Subseccional OAB/Muriaé, que já estava alinhada com as diretrizes da Comissão “OAB Vai à Escola” da OAB Minas (incentivadora da medida), estimulou a propositura deste PL e qualificou um grupo de advogados através de curso de nivelamento promovido pelo Programa Direito na Escola, tornando tais voluntários aptos à ministração das aulas;

**Considerando** que a municipalidade, na pessoa da Secretária Municipal de Educação, Sra. Maria Amélia Queiroz Xaia, encampou a ideia de implementação do Programa Direito na Escola no Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) das escolas municipais de Muriaé, incentivando desde já o início das atividades nas escolas CÂNDIDO PORTINARI e JOAQUIM RIBEIRO CARVALHO (CAIC);

**Considerando** que outras seis escolas do Ensino Fundamental II poderão ser beneficiadas com o programa em Muriaé, quais sejam: E. M. CLÉRIA TICON CARNEIRO, E. M. GILBERTO JOSÉ TANUS BRAZ, E. M. PROFESSORA STELA FIDÉLIS, E. M. PROFESSORA ELZA ROGÉRIO, E. M. PROFESSORA ESMERALDA VIANNA e E. M. SÉRGIO LÚCIO FERNANDES AMARAL;

**Considerando** que ao permitirmos o ensino de noções de Direito aos alunos de escolas municipais de Muriaé estaremos contribuindo para a formação de seus direitos e deveres na vida em sociedade (possibilitando-lhes, assim, conhecimento de direitos basilares como a liberdade de expressão, direito de livre associação, livre iniciativa, direitos sociais e demais direitos e garantias fundamentais constitucionalmente assegurados);

**Considerando**, por fim, que com a aprovação do presente PL, a cidade de Muriaé entrará na vanguarda da educação cidadã no Estado, sendo uma das dez




# CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

## ESTADO DE MINAS GERAIS

Pág. - 6

idades mineiras (dentre 853) a contar com a promoção da educação cidadã nas escolas de ensino básico da rede municipal;

Apresento, pois, a presente justificativa para solicitar a Vossas Excelências apoio na aprovação deste projeto de lei.

  
**Rangel Martino de Oliveira Paiva**  
**Vereador – PSB**  
**(DELEGADO RANGEL)**